Em nome da liberdade de expressão: visões críticas à visibilidade da causa Guarani e Kaiowá[1]

Luciana de Oliveira[2]

Resumo
No presente artigo, busca-se discutir, a partir de um conjunto de textos midiáticos – artigos assinados e reportagens – publicados na imprensa e redes sociais após a reação vigorosa da opinião pública em apoio à luta Guarani e Kaiowá pela terra no segundo semestre de 2012, o tema da liberdade de expressão em relação ao papel da comunicação e das disputas hegemônicas na construção da nação. Os textos jornalísticos foram analisados a partir de quatro operadores: 1) visões sobre a opinião pública brasileira; 2) os imaginários sobre os índios; 3) a questão da terra; 4) liberdade de expressão (com base em uma polêmica específica em torno de um artigo de Walter Navarro publicado no Jornal O Tempo – MG ocorrida na *web*).

Palavras-chave
Comunicação; Nação; Disputa Hegemônica; Guarani e Kaiowá.

1. Introdução

A luta dos índios Guarani e Kaiowá pelo direito à terra é antiga e congrega todo um movimento de resistência e insistência política incrustado nas sombras da história brasileira. Recentemente, na segunda metade do ano de 2012, assistimos às principais reivindicações dessa luta alcançarem expressiva visibilidade nos *media* nacionais e internacionais *pari passu* de grande mobilização nas redes sociais, espaços públicos e em diversos fóruns.

A visibilidade da luta dos Guarani e Kaiowá pelo direito à terra não se deu sem controvérsia. Para compreendê-la, é preciso ver que, por um lado, o estado de Mato Grosso do Sul concentra um conjunto de atividades produtivas no segmento do agronegócio que lhe tem garantido um crescimento econômico vertiginoso. Dentre as forças econômicas que protagonizam a disputa de modo a garantir condições para sua expansão podemos citar os grandes produtores de *commodities* como a soja, o gado, a madeira de eucalipto e a cana, e suas associações de interesses – dentre as quais se destaca a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul) –, empresas multinacionais do ramo de papel e celulose, açúcar e etanol, extração mineral que atuam por meio do *lobby* e de pressões sobre os poderes do Estado, quando não pela representação política direta – a exemplo da

[1] Trabalho submetido ao Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. lucianaoliveira@ufmg.br

chamada bancada ruralista no Congresso Nacional. Por outro lado, tal crescimento baseado na monocultura e na criação extensiva de gado tem sido acompanhado da destruição do patrimônio natural e humano do Mato Grosso do Sul, como apontam diversos especialistas.

Também no centro da controvérsia, está a questão do direito dos povos indígenas à terra e à autodeterminação, garantidos pela carta constitucional de 1988. Na prática, assistimos a uma série trágica e em larga escala de violações da legalidade (em sua grande maioria, impunes e que gozam da cumplicidade de setores importantes dos poderes locais). Assistimos quase que à impossibilidade dos indígenas serem realmente escutados e vistos, o que coloca em cheque qualquer noção de cidadania e direito à comunicação. Mas o problema é mais amplo e afeta os próprios sentidos de democracia no Brasil. O que está acontecendo no Mato Grosso do Sul não pode ser lido, de forma simplória, apenas como um problema de impunidade ou corrupção em nível local ou de um conflito regional. Muito menos, pode ser recalcado como algum resquício, supostamente em extinção, de outro Brasil, do passado, que sobreviveria em regiões remotas ou com uma cultura política e uma sociedade civil menos "desenvolvida" ou estruturada. Trata-se, pelo contrário, de um indício marcante dos processos violentos e excludentes que fazem parte do Brasil do século XXI e de suas contradições.

O presente artigo propõe-se, do ponto de vista analítico, em primeiro lugar, a identificar os argumentos apresentados nos seguintes textos jornalísticos, escolhidos por conterem discursos de incitação ao ódio e de desqualificação da opinião pública nacional: "A Ilusão do Paraíso", publicado pela Revista Veja em 04/11/2012; "Guarani Kaiowá de Boutique" do articulista Luís Felipe Pondé, publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 19/11/2012; "A tragédia da Funai" da articulista Kátia Abreu publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 03/11/2012; "Dois terços dos indígenas recebem benefícios do governo", matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 10/11/2012; "Guarani Kaiowá é o c… meu nome agora é Enéas P…" publicado na coluna semanal de Walter Navarro no Jornal O Tempo em 08/11/2012. O conjunto dos textos observados sugeriu que sua análise fosse feita a partir de três operadores analíticos: 1) visões sobre a opinião pública brasileira; 2) os imaginários sobre os índios; 3) a questão da terra; e a partir de controvérsia em torno do texto de Walter Navarro (especialmente, debate localizado no site "Belo Horizonte de A a Z" que republicou o texto após sua remoção do portal do jornal O Tempo: http://www.bhaz.com.br/apos-repercussao-nas-redes-sociais-jornal-o-tempo-afasta-colunista-walter-navarro/), 4) Liberdade de Expressão.

2. Para começar, a fronteira: comunicação, disputa hegemônica e Nação

Antes de passar à análise dos textos, cabe uma pequena reflexão em resposta à pergunta: ao analisar textos midiáticos, para o que exatamente estamos olhando? Sem incorrer numa visão simplista, mecânica e mediacêntrica do processo comunicacional que resultaria numa compreensão determinística – a mídia determina a opinião –, é preciso dizer que os textos jornalísticos fazem parte de uma rede estabelecida entre diferentes elementos e, portanto, para além da emissão de uma mensagem e sua recepção num processo linear, envolve, a partir de seus múltiplos nodos institucionais e actanciais, múltiplas direções da comunicação que comportam, simultaneamente, a formação de um terreno comum de compreensão do real e a disputa de sentidos em embates discursivos.

As matérias, reportagens e artigos jornalísticos bem como os comentários deflagrados por eles – suas interpretações – conformam, portanto, um modo de observar disputas sociais no plano discursivo. Laclau e Mouffe (2004) descrevem a disputa hegemônica dessa forma, buscando uma ancoragem acontecimental para situar o antagonismo em nossas sociedades. A disputa pressupõe uma rearticulação hegemônica permanente, devendo ser pensada no mundo contemporâneo ao nível das superfícies discursivas. A hegemonia é uma construção de linguagem na qual as ambiguidades dos signos são admitidas como fator explicativo. Sob a visão desconstrutivista de Derrida, os autores vêem o signo tanto como traço daquilo que ele substitui (rastro) quanto como traço daquilo que ele não é (diferença). Assim, a hegemonia é uma construção de linguagem e a disputa hegemônica se dá numa superfície discursiva. A ambiguidade discursiva é fator explicativo de primeira ordem, pois a luta hegemônica consiste em tentar consagrar certas interpretações como válidas – o centro que detém o fluxo das diferenças denominados pontos nodais – bem como em fornecer uma aparente unidade àquilo que em si mesmo é diverso. Assim sendo, o ponto de observação da realidade social escolhido por eles localiza-se no campo da articulação, devendo renunciar à sociedade como totalidade fundante de seus processos parciais. O ponto nodal é, precisamente, o significado que se torna privilegiado numa articulação discursiva, que consegue se estabelecer como hegemônico, fixando-se em uma cadeia: na medida em que nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível uma das interpretações contingentes com grau variado de permanência.

Acreditamos que a disputa hegemônica entre diferentes projetos de nação para o Brasil podem ser observados a partir do esquema conceitual oferecido por Laclau e

Mouffe,. No caso aqui analisado, o antagonismo coloca-se na disputa entre os índios Guarani e Kaiowá e o agronegócio (tanto de líderes ruralistas quanto de suas organizações, formas de atuação e representação política, assim como de grandes empresas envolvidas na produção de alimentos, biocombustíveis, celulose e papel). Mas, pelo que eles disputam? Obviamente, há uma disputa de terras no centro de toda a questão. Ocorre que ela vem amparada por embates de natureza simbólica, discursiva e, portanto, comunicacional que, a um só tempo, concretizam as posições de cada uma das partes em disputa assim como traduzem visões sobre o Brasil, sobre a nação brasileira. Da parte mais poderosa do antagonismo – os que detêm hoje a posse da terra e os acessos institucionais que garantem seu lugar de poder, incluindo aí o espaço midiático – tais visões da nação buscam definir claramente quem pertence e quem não pertence à nação, determinando razões de ingresso para aqueles que se situam dentre os que não pertencem. A nação é apresentada como comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), especialmente as elites detêm os instrumentos para fazê-lo, convocando a opinião pública a criar disposições para concretiza-la como sentido, valor e prática.

Vale lembrar a pertinência e atualidade do que Fernandes (1975), ao analisar as implicações sócio-econômicas da Independência, identifica como marcas fundamentais do projeto de nação brasileiro voltado para o futuro, destacando que o liberalismo, ao contrário de toda uma vasta literatura que o analisa simplesmente como algo "postiço, esdrúxulo ou farisaico" teve, com adaptações e reinterpretações à luz do contexto brasileiro, influências sociais construtivas em várias direções. Não obstante, como forma ideológica, tenha se aplicado exclusivamente ao campo econômico e muito implicitamente ao campo político. Neste foi adotado mais como forma utópica no plano do "idealismo político", balizando a visão das elites – os senhores rurais então confrontados com a necessidade de pensar os negócios e os interesses da coletividade fora dos nexos coloniais – sobre a integração da *sociedade nacional* como processo e realidade. Um importante ponto de sustentação é a noção, compartilhada pelos fundadores da nação, de defasagem civilizatória entre as raças e povos que habitavam o território, de modo que só pertenciam à "nação" os ditos civilizados. No Brasil, considerava-se que os outros não eram ainda civilizados, por isso teriam que ser educados primeiro para eventualmente se integrarem plenamente à nação, sendo que os índios nem deveriam talvez se integrar.

Tais ideias sobre a nação refletem-se no campo da comunicação e da cultura, na constituição de uma "cultura do silêncio", noção evocada por Lima (2011) ao analisar o

conceito de comunicação no pensamento de Paulo Freire e suas afinidades com o conceito de "efeitos silenciadores do discurso", de Owen Fiss. Com tais contribuições, é possível compreender, por um lado, o efeito de censura advindo da experiência histórica do Brasil e, por outro, que certos mecanismos discursivos criam desvantagens para alguns atores no debate público e vantagens para outros. Os discursos de incitação ao ódio são particularmente exemplares desse tipo de efeito, na medida em que buscam destruir o sentimento de luta que anima os defensores de uma causa, além de reforçarem a situação de desigualdade na distribuição do poder de fala e visibilidade. É por isso que, diante do debate público em torno da causa Guarani e Kaiowá, interessa-nos aqui dispensar atenção aos textos jornalísticos que, em conjunto, chamamos de reação conservadora[3] posto que representam, na disputa hegemônica, o intuito de manter em operação o mecanismo da "integração incompleta" (DULCI, 2009) , cujas implicações são fundamentais à discussão sobre liberdade de expressão.

3. Olhando para os textos sob a ótica do discurso da nação

3.1.1. Eixo analítico 1: visões sobre a opinião pública brasileira

De uma maneira geral, os textos colocam a reação da opinião pública apoiando a causa indígena em dois lugares: o primeiro, o da "banalidade massiva" e o segundo, o da manipulação por poderes difusos e mal intencionados. Tal leitura não é incomum no pensamento social brasileiro, na visão das elites e nas análises midiáticas. No Brasil, as elites econômicas e políticas, tenderam historicamente a conceber a sociedade civil como frágil (a sociedade seria, de modo geral, despreparada para a participação) e os movimentos de protesto ou de insatisfação social – quando visíveis no espaço público – são tratados como "bagunça", desordem (CARVALHO, 1996; 2001; VALADARES, 1991; VISCARDI e JESUS, 2007).

Para o articulista Luís Felipe Pondé, o fato de acionar muita gente, as manifestações de apoio à causa indígena já são sinônimos de banalidade e, mais ainda, o fato de mobilizar pessoas distantes da realidade dos índios, estratos médios da população que ele chama de "fenômeno dos 'índios de Perdizes' é um atestado dessa de mediocridade e ridículo". O gesto de acrescentar o sobrenome Guarani e Kaiowá ou qualquer outro nome indígena na identificação de usuário na rede social Facebook (FB) é tomado como evidência da banalidade: "carência afetiva? Carência cognitiva? Ausência de qualquer senso do ridículo?

[3] A inspiração para o uso dessa expressão vem da noção de Barrington Moore "modernização conservadora" (1975).

Falta de sexo? Falta de dinheiro?" ou o fim do interesse despertado pelas causas ambientais, fruto de "'pseudo-óbvia ciência', como ursinhos pandas, baleias da África e aquecimento global". Mas a identificação dos cidadãos brasileiros com causa indígena é também lida como expressão de falta do que fazer – para o que Pondé sugere a alternativa do consumo – ou, o que é mais ofensivo, de demência: "Pintar-se como índios e postar no Face devia ser incluído no DSM-IV, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais". O mesmo tom de desdém pela opinião pública e seus modos de expressão são sublinhados no artigo de Walter Navarro, publicado em O Tempo: "Tem coisa mais chata, hipócrita, brega e programa de índio que este pessoal do Facebook adotando o nome Guarani Kaiowá?"

Na reportagem de Veja[4], surge o outro tipo de caracterização da opinião pública – a das massas enganadas ou manipuladas. Alvo histórico de críticas por parte da revista, o Conselho Missionário Indigenista (Cimi) é o acusado de ludibriar a opinião pública nacional, inclusive de ter sido o responsável pela divulgação da carta de Pyellito Kue. Além do fato, por si só grave, de incorreção da informação, já que a carta, na verdade, foi redigida e distribuída pelo Conselho Aty Guasu Guarani e Kaiowá via seu perfil no Facebook (https://www.facebook.com/aty.guasu?ref=ts&fref=ts), há um desmerecimento implícito de um enorme esforço de mobilização, luta política e produção de contrainformação pelos índios guarani. Com efeito, o uso desse argumento, reforça-se num outro: o desdém pelas manifestações de protesto como se fossem atos irracionais, impensados e, consequentemente, sem valor ou legitimidade política.

Se por um lado, a desqualificação da opinião pública no Brasil é fato já conhecido na literatura sobre participação cívica, cidadania e movimentos sociais, por outro, é importante destacar algumas especificidades do caso aqui enfocado e sua relação com o tema que elegemos como eixo central das análises que é a constituição imaginada da nação. A possibilidade de participação parece restrita a muito poucos. O desdém pela forma de participação das classes médias urbanas mostra seu desprepara para a participação política e a indicação de que melhor seria ater-se ao consumo ou a outras causas sociais/ambientais prosaicas do que "meter-se" nos assuntos sérios da nação, os quais desconhece. A participação das massas parece ocorrer num espalhamento por contágio, sem racionalidade, disparado pela associação morte coletiva ⇔ suicídio ritualístico. Sem querer negar a importância desse elemento, importa problematizar que a participação das pessoas e sua manifestação de apoio à luta pela terra dos índios Guarani e Kaiowá seja inválida porque

[4] A reportagem de Veja foi objeto de grande mobilização acionada pelo Conselho da Aty Guasu e apoiada por diversas organizações indígenas pelo direito de resposta que não foi concedido.

deflagrada pelo afeto e pela emoção. Por fim, a atribuição a outras entidades, que não a própria organização indígena, retira o protagonismo dos índios e reforça seu lugar de "massa de manobra" em nome de interesses outros que não os seus próprios. Tudo isso faz lembrar o verso de uma canção que diz que "o Brasil, não merece o Brasil", esta parece ser a conclusão óbvia dos textos em foco: nossa pobre opinião pública não está à altura da nação.

3.1.2. Eixo analítico 2: Imaginários sobre os índios

As opiniões expressas nos textos – sejam elas assumidas como de responsabilidade dos articulistas ou "objetivas" como a que se expressa na reportagem sobre a pesquisa Datafolha ou da reportagem de Veja – reproduzem imaginários sobre os índios brasileiros já mapeados em pesquisas[5]. Nos textos examinados, há uma chave de leitura que se sobressai: a da dependência do Estado. Esse parece ser o grande problema dos índios brasileiros, mas não há nenhuma menção ou tentativa de explicação sobre essa situação de dependência, se é que ela existe, em nenhum dos textos. A opinião pública que apoia a causa indígena acha que eles são "lindos e vítimas sociais. Eles querem se sentir do lado do bem", enquanto os índios vivem às custas do Estado, opção fácil em lugar de arrumar trabalho e pagar impostos. Na construção do argumento, os índios são ainda colocados no lugar de vilões por, contraditoriamente se a leitura é liberal, assumirem uma postura capitalista com vistas ao ganho individual.

A dependência do Estado é atestada com números na pesquisa Datafolha, encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apresentada na forma de uma reportagem assinada por jornalistas do veículo. Os números são os seguintes: 64% dos indígenas brasileiros recebem Bolsa Família, em média R$ 153,00, e quase metade dos entrevistados (46%) relatou receber cesta básica da Funai ou da Funasa (Fundação Nacional da Saúde).

A dependência pode não ser estatal, na visão dos outros articulistas, mas da sociedade civil quando opera como Organização Não Governamental (ONG) ou dos antropólogos. Nesse caso, menos que uma dependência financeira, coloca-se o tema da manipulação política e da "invenção da tradição" como recurso simbólico na luta pela terra. Há então uma naturalização que nega a herança de tradições indígenas e da contribuição

[5] A propósito, as reflexões de Freire (2000) sobre os cinco equívocos que perpassam nosso imaginário sobre os índios assim como os resultados de minha pesquisa sobre o debate público em torno da instalação de Belo Monte atestam a reprodução desses imaginários (OLIVEIRA, 2012a; 2012b).

desses povos à construção da nação brasileira em argumentos do tipo "não devemos nada aos índios, a cultura sempre operou por contágio" (Pondé). Indo além, na defesa da posição classista dos produtores rurais, as ONGs e os movimentos sociais são culpabilizadas por defender "usurpadores e invasores de terras" – aqui, em sentido pejorativo, uma postura ativa é concedida aos indígenas – em detrimento daqueles que lutam "para colocar alimento mais barato na mesa do brasileiro" (Kátia Abreu)

A pesquisa Datafolha e o artigo de Kátia Abreu reproduzem e reforçam outro imaginário sobre os índios brasileiros: eles não existem mais. Ou porque estão integrados ao modo de vida urbano ou porque não existem em correspondência com a imagem clássica do índio – isolado, pelado, vivendo suas tradições tal como num passado longínquo.

Não obstante o contato com tecnologias de alguma maneira situar os índios na esfera do avanço moderno, em meio à reportagem uma "inocente" associação evoca um outro grande imaginário sobre os índios: a imagem do atraso. "Eles ainda usam mais os remédios naturais (66%) do que os farmacêuticos (34%)". A reportagem até apresenta uma visão de contraponto, ao citar uma opinião do Cimi (sem a identificação da fonte): "é evidente que essa novidade produz mudanças, mas isso não significa a instalação de um conflito cultural. Não é o fato de adquirir uma TV ou portar um celular que fará alguém ser menos indígena". Para em seguida concluir, fechando o contraponto, que os índios na verdade são pobres que não têm o mesmo acesso ao consumo que a média dos brasileiros. Portanto, os índios não passam de brasileiros pobres, dependentes do programa Bolsa Família, do assistencialismo da Funai e de ONGs, consumidores de bens de consumo (abaixo da média da população brasileira, é verdade) mas que não teriam nenhuma especificidade cultural, histórica ou social.

Para Kátia Abreu, a responsabilidade é da Funai e dos antropólogos que buscam "eternizar os povos indígenas como personagens simbólicos da vida simples e primitivos" para manter sua própria razão de existir e em certo lugar de poder como proprietários dos índios históricos, sem se preocupar com os índios. Abreu atesta que não existem mais índios pois eles agora se modernizaram e, a partir dessa divisão entre os índios históricos e os atuais índios, concluir que estes últimos não passam de brasileiros pobres sob a tutela estatal, ecoando hábitos de atraso.

Na reportagem de Veja, além de os "índios bêbados e drogados", "incapazes de juízos próprios" serem manipulados por antropólogos, reforçam-se as acusações ao Cimi, como o grande mentor das ações políticas dos indígenas. "Em sua percepção medieval do

mundo, os religiosos do Cimi alimentam a cabeça dos índios da região com a ideia de que o objetivo deles é unir-se contra os brancos em uma grande 'nação guarani'" (Veja). À dependência estatal e de ONGs soma-se a dependência de drogas e álcool, das quais se retira o seguinte corolário: a necessidade dos índios não é de ter terras para desenvolver seu modo de vida tradicional ou resolver a questão da demarcação de terras é insuficiente para resolver a sua grave situação social em que se encontram.

O Cimi e algumas ONGs, na informação oferecida pela revista, orientam os índios a invadir propriedades e a Funai é apoiadora do que os repórteres denominam de "expansionismo selvagem". É nessa linha argumentativa – a palavra correta é preconceituosa – que se constroem também as opiniões emitidas por Walter Navarro, articulista de O Tempo. A retirada de seu artigo do portal de O Tempo foi imediata à reação da opinião pública e seu afastamento do jornal foi anunciado tão logo a polêmica se instalou. O tom geral do artigo restringe-se à associação dos índios Guarani e Kaiowá ao atraso, aproveitando-se disso como um pretexto para criticar o atraso dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

O tema da nação – especialmente quem não pertence e como vir a pertencer a ela, parece pertinente para alinhavar os vários pontos levantados nos textos analisados. Por que os índios não pertencem à nação? Porque são cidadãos de segunda ordem, de pior qualidade, uma vez que, como as figuras históricas fundadoras do Brasil não existem mais e, atualmente, são dependentes do Estado, de ONGs, do álcool e das drogas, além de serem pobres, atrasados, infantis. É como nos lembra Lima (2013), ao evocar um dos sermões de Padre Antônio Vieira, "bem sabem os que sabem a língua latina, que esta palavra, infans, infante, quer dizer o que não fala". Tal associação é reveladora de que nossa liberdade de expressão não é tão livre, que o acesso à palavra é por vezes blindado a certos grupos e que assim nem todas as vozes acedem ao debate público.

Por outro lado, há um traço ainda mais relevante a ser destacado. O discurso dos que falam dos que acedem ao debate público não se preocupa apenas em desqualificar aqueles que tradicionalmente estavam silenciados como modo de dizer que não pertencem à nação. Há um esforço de preenchimento do vazio discursivo no sentido de determinar, autoritariamente, de que modo eles – os índios – podem vir a pertencer. Isso não parece muito difícil já que a integração à sociedade moderna, do ponto de vista dos hábitos (especialmente tecnologia e modo de organização da vida), já está consolidada. Logo, a ação do Estado para integra-los à nação não deve ser a de restituição de seus territórios

tradicionais – as suas terras – mas a de gerar políticas públicas que possam alça-los, no futuro, à condição produtiva dentro dos moldes capitalistas e ensinar-lhes os hábitos corretos da civilização dos brancos.

3.1.3. Eixo analítico 3: A questão da terra

O tema central no debate público da causa Guarani e Kaiowá não é o tema central do debate acerca do debate público, ao menos em sua versão conservadora, ensejada pelo conjunto de textos aqui analisados. Neste prevalece, como vimos, a desqualificação da opinião pública e a desqualificação dos índios. O tema da disputa por terras que no léxico indígena é uma disputa por território já que compreende não somente a posse da terra[6], mas a relação simbólica com a mesma, quase não aparece. Quando aparece, ele é subestimado frente a outras necessidades das comunidades indígenas brasileiras. Na pesquisa DataFolha, por exemplo, "questionados sobre o principal problema enfrentado no Brasil, 29% dos entrevistados apontaram as dificuldades de acesso à saúde. A situação territorial ficou em segundo lugar (24%), seguida da discriminação (16%), do acesso à educação (12%) e do emprego (9%)". (Reportagem Folha)

Assim, a questão da terra e da relação com o território seriam secundárias para os povos indígenas brasileiros, sugerindo que suas preocupações, expectativas e necessidades pessoais situam-se em outros campos. Beneficiados por programas sociais do governo, vivendo um modo de vida similar ao das populações pobres urbanas, o problema da terra parece mais ligado ao setor produtivo agrário nacional.

Para a defensora dos interesses ruralistas, senadora Kátia Abreu, há um descumprimento de um princípio constitucional na medida em que as demarcações não se referem aos territórios tradicionais dos indígenas, mas dos territórios ocupados por eles até 05/10/1988, data da promulgação da Carta Constitucional brasileira em vigor. O desrespeito ao princípio constitucional é, na visão da senadora, a causa dos conflitos em MS, como também "criam falsas expectativas para toda a sociedade" das quais advêm as manifestações errôneas da opinião pública. A objetividade dos números ampara a argumentação dos interesses conservadores. Com eles, demonstram que os índios são "poucos", perto dos interesses do Brasil – da nação – que atendem a "muitos".

A estatística aparece como recurso comprobatório dos argumentos contra a reivindicação indígena por terras assim como desvinculando a questão da terra dos "problemas sociais" dos índios também é largamente utilizada na reportagem de Veja, que

[6] Vale lembrar que os índios no Brasil não têm direito à posse de terra. Quando as terras indígenas são demarcadas sua propriedade passa a ser da União.

atesta que "as terras indígenas já ocupam 13,2% da área total do país. Salvo raras exceções, a demarcação de reservas não melhorou em nada a vida dos índios". Deriva daí a infeliz coincidência: "ocorre que o território dessa "nação" [nação Guarani] coincide com a zona mais produtiva do agronegócio em Mato Grosso do Sul" (Veja).

Outro argumento, tomado como prova da ilegitimidade da reivindicação de terras pelos Guarani e Kaiowá diz respeito à afirmação de que eles são na verdade um povo nômade, sem território fixo e portanto sem hábitos de cultivo e cuidado da terra como modo de sobrevivência:

> Segundo o IBGE, há 43 400 membros dessa etnia no país. Outros 41 000 residem no Paraguai. Eles transitam livremente entre os dois países, como parte de sua tradição nômade. Os antropólogos os convenceram de que o nascimento ou o sepultamento de um de seus membros em um pedaço de terra que ocupem enquanto vagam pelo Brasil é o suficiente para considerarem toda a área de sua propriedade. Com base nessa visão absurda, todo o sul de Mato Grosso do Sul teria de ser declarado área indígena - e o resto do Brasil que reze para que os antropólogos não tenham planos de levar os caiovás para outros estados, pois em pouco tempo todo o território brasileiro poderia ser reclamado pelos tutores dos índios (Veja).

Assim, o debate em torno da terra resume-se aos seguintes pontos: o problema da terra não é central para os próprios indígenas, os índios são poucos e os interesses do outro Brasil são grandes e largamente majoritários, e, no caso específico de Veja, na insistência do argumento do nomadismo como modo de desqualificar a relação dos índios com seus territórios. A observação dos direitos e o respeito à expressão da diversidade cultural se veem, portanto, em risco. E não seriam esses elementos tão importantes à constituição de uma nação plenamente desenvolvida? Ou estariam os textos analisados apontando, nos moldes do evolucionismo do século XIX, que o desenvolvimento se mede só pelo crescimento econômico e grau de desenvolvimento tecnológico?

3.1.4. Eixo analítico 4: O debate em torno do artigo de Walter Navarro sobre liberdade de expressão

Uma aproximação inicial com o debate da liberdade de expressão ensejado pelo texto de Walter Navarro, indica uma primeira camada interpretativa do uso do conceito como chave para aprovação ou reprovação do conteúdo do artigo. Ou seja, é liberdade de expressão dizer o que ele disse e com o que se concorda, ou, é inaceitável dizer o que ele disse, é um ato que fere a liberdade de expressão. Não raro, nessa última vertente, surgem questionamentos quanto às suas credenciais como jornalista, bem como em relação às

responsabilidades dos editores e do veículo, cobrando deles um papel mais ativo no que se refere à seleção de conteúdos que devem ou não ser publicados. A liberdade de expressão, nesse caso, está restrita ao foro de decisão interna do veículo de comunicação, é de natureza privada, portanto.

Numa segunda camada interpretativa, essa associação aparece mediada pela noção de politicamente correto: reprovar o texto significa restringir a liberdade de expressão em nome do que é politicamente correto. Nesse sentido, há tanto entre os que concordam quanto entre os que discordam do texto, um acordo quanto ao direito do autor de expressar-se e certa reprovação das opiniões que não aceitam essa premissa por aderirem à onda do politicamente correto, bem como quanto à atitude de retirada do texto do portal do jornal e o afastamento do articulista. A liberdade de expressão aqui passa por um juízo moral e sugere outra discussão: liberdade de expressão limitada ou ilimitada? Abaixo duas opiniões emblemáticas nas duas direções apontadas aqui:

> Liberdade de Expressão Limitada:
> (...) como todo e qualquer direito, a liberdade de expressão não é absoluta (nem o direito a vida o é, pois a lei brasileira permite que se retire a vida de outra pessoa em uma situação de legítima defesa, prevê pena de morte em caso de guerra declarada, etc). Assim, a liberdade de expressão encontra limites, principalmente quando se transforma em um verdadeiro discurso de ódio. (...)

> Liberdade de Expressão Ilimitada
> Eu já encaro a liberdade de expressão como os norte-americanos. Acho que ela não pode ter nenhum limite, por mais barbaridades e besteiras que o sujeito diga. Inclusive é um absurdo existir no Código Penal crimes como calúnia e difamação.

Mas há também os leitores que discutem a questão em outra base, sugerindo uma terceira camada interpretativa do conceito: quando a liberdade de expressão se enlaça à discussão de outros temas da sociedade e da cultura política brasileiras. Nesse ponto, a liberdade de expressão aparece mais claramente como um conceito liberal de viés conservador que se posiciona contra os governos de esquerda no Brasil, supostamente interessado no controle autoritário da mídia. Isso aparece tanto em críticas diretas ao PT, tal como "isso mesmo seus facistas, filhotes de Lula, aparelhem a mídia acabem com a liberdade de expressão, o que serve e agrada a vocês fica o que incomoda denunciem!".

Essa leitura é bastante complexa: reprova a atuação da opinião pública quando fala de ativismo de sofá e, ao mesmo tempo, reprova o texto de Navarro e seus excessos. No entanto, lê os direitos indígenas (e outros direitos de minorias), bem como políticas públicas que buscam equalizar assimetrias históricas, como privilégios, culminando numa certa

ufania de ser branco, homem, heterossexual. O autor clama por uma igualdade irrestrita, no entanto, é como se negros e índios já estivessem no mesmo patamar de direitos do que os brancos. Quer a igualdade como se a igualdade fosse já um pressuposto, ou melhor, uma realidade. Um ponto de partida e não de chegada.

Numa das defesas de liberdade de expressão ilimitada, aparece uma associação que me parece requerer maior atenção. O tema da liberdade de expressão associa-se a uma crítica a presença de ONGs – na opinião em questão, exagerada – no Brasil.

> Uai, e o direito de expressão? Agora deve-se engolir todas as idéias que pipocam por ai? Um falso moralismo em que as pessoas pensam em partes, mas ignoram o todo. Não pode falar do gay, não pode falar do índio, mas postam nas redes sociais fotos de gente pobre e debocham de todas as formas, riem dos obesos, fazem piadas com os negros, postam fotos indiscretas, tudo isso vale, mas quando alguém do meio midiático emite uma opinião de uma parcela da sociedade que tem mais ONG's por metro quadrado tomando conta, porque será?, é crime, e o resto é resto, os demais engole-se a seco. Isso é censura!

O que isso quer dizer? É interessante que essa associação reforça a análise de Fernandes (1975) sobre os limites da inserção da ideologia liberal no Brasil, especialmente no campo político. A ampla presença de associações da sociedade civil num cenário de pouco Estado é algo natural. Mas o problema é a suposta "proteção" que essas oferecem aos índios. De novo, tal interpretação reforça a ideia de que os direitos dos índios são, na verdade, privilégios.

Por outro lado, o tema da liberdade de expressão, numa defesa de sua limitação, vem associado a temas históricos como a ditadura militar e a colonização, sinalizando a consciência acerca da "cultura do silêncio" vigente historicamente em nosso país como uma espécie de censura. Quando o tema são os entrecruzamentos entre posições progressistas e conservadoras, encontramos outra interpretação interessante: a que separa um posicionamento de esquerda às manifestações pró-indígenas no *facebook*, critica a grilagem de terras e o desmonte do Estado Democrático de Direito e condena o texto de Navarro e o "vilipêndio da liberdade de expressão" em nome de valores retrógrados.

Além dos apontamentos analíticos indicados sobre esse eixo, há que se ressaltar que as opiniões emitidas demonstram um bom nível de conhecimento sobre a temática da liberdade de expressão. Como reduzi-las ao lugar desqualificado sugerido nas análises históricas sobre a opinião pública brasileira? Os temas aqui discutidos, em larga medida, se aproximam daqueles discutidos em âmbito acadêmicos ou fóruns de especialistas.

4. Considerações finais

Após análise dos textos, a partir dos operadores analíticos por eles sugeridos, vemos que minimizar e até mesmo desqualificar a manifestação popular no debate público, reforçar e reproduzir imaginários estereotipados sobre os índios e reduzir o problema da terra a uma questão secundária para os próprios protagonistas da luta por ela, são estratégias para manter a fronteira da nação cerrada aos indígenas no Brasil. Tais estratégias revelam a tendência de *mesmizar* o debate público, de retirar-lhe, portanto, a característica fundamental da comunicação que é o dialogismo. Dizer que o outro de quem se fala não vale à pena como interlocutor é um jeito de retirar qualquer alteridade do ato de fala, reduzindo o diálogo ao comunicado unilateral.

Pensar o processo comunicativo tendo no horizonte a reflexão sobre liberdade de expressão impõe-nos, seguindo as pistas de Lima (2011) ao ler a obra de Paulo Freire, a necessidade de pensá-lo numa chave dialógica. Se por um lado, o processo comunicativo é interacional, relacional e reflexivo (FRANÇA, 2006) – já que põe em movimento elementos do discurso, no caso o discurso sobre a nação, que se concretizam nas práticas cotidianas dos sujeitos, mas que se inserem em redes de disputa de poder que se voltam sobre si – por outro lado, se pensado como direito humano fundamental, exige um horizonte de simetria na relação eu-outro.

Assim, se a emergência da causa dos Guarani e Kaiowá no debate público sugere um pequeno deslocamento ou indício de ruptura com o que Freire chama de "cultura do silêncio", essa força censora que opera de forma tácita retirando de parcelas da população o direito de palavra – uma violência contra segmentos excluídos da participação cívica, especialmente nesse caso que afeta seres das palavras[7] - por outro lado, a reação para constituição de pontos nodais restituidores do ordenamento histórico. Tais argumentos, oriundos de uma perspectiva hegemônica, cujos discursos têm encontrado espaço e reforço na grande mídia, os índios são ora selvagens ora sujeitos cooptáveis, massa de manobra de associações e missionários; ora inocentes, ora forças demoníacas; mas sempre parcela insignificante da população sem poder político - não reconhecível nem como agente da construção do estado do Mato Grosso do Sul e do Brasil e, portanto, nem como parte integrante da Nação. Nosso exercício aqui foi de dar identificar e colocar sob escrutínio

[7] Referência à importância da palavra na cultura guarani. O dever de palavra é, segundo Clastres (1978), é um ato ritualizado e nas sociedades contra o Estado (não nas sociedades sem Estado, note-se bem), em que a palavra está dissociada da violência: "se nas sociedades de Estado a palavra é o *direito de poder*, nas sociedades sem Estado ela é, ao contrário, *o dever do poder*" (CLASTRES, 1978, p. 107).

atento os argumentos daqueles que buscam silenciar, no momento em que se dá a ver a causa dos silenciados.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas:* Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil:* o longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

CLASTRES, Pierre. "O dever da palavra". In: *A Sociedade contra o Estado*: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

DULCI, Otávio. "Os Processos de Desenvolvimento Sociopolítico no Brasil e na África do Sul". Exposição no Fórum Brasil e África do Sul em Análise Comparada. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

FRANÇA, V. "Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação". In: FRANÇA, Vera e GUIMARÃES, César (orgs.). Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, J.R. Bessa. Cinco idéias equivocadas sobre o índio. *Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano* (CENESCH). Nº 01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estratégia socialista*: hacia uma radicalización de la democracia. 2ª ed. en español. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2004.

LIMA, Venício. *Comunicação e Cultura*: as ideias de Paulo Freire. 2ª Ed. Rev. Brasília, Editora da UNB/Fundação Perseu Abramo, 2011.

MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa, Cosmos, 1975.

OLIVEIRA, Luciana. Visões de um quase acontecimento: desenvolvimento, sustentabilidade e as disputas de sentido no debate midiático sobre Belo Monte. *Paper* apresentado na *28ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 02 a 05 de julho, São Paulo, SP, Brasil, 2012a (GT: Antropologia e Comunicação de Massa).

_____. Cidadania Indígena: quase acontecimento, Belo Monte e desenvolvimento. *Paper* apresentado no *XXI Encontro da Compós*, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho, 2012b. (GT Comunicação e Cidadania).

VALLADARES, Lícia. Cem Anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (org.). *Corporativismo e Desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora-IUPERJ, 1991.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2007 (Coleção As esquerdas no Brasil, v. 1)